



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
21 de abril de 2025

ATA N.º 3/2025

_____ Aos **21 dias do mês de abril do ano de 2025**, nesta Vila de Alcanena, no Auditório dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, pelas 20h30m, convocada por edital datado de 04 de abril de 2025, com a Mesa assim constituída: _____

_____ **Presidente:** Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho; _____

_____ **Primeira Secretária:** Isabel Vieira Luís; _____

_____ **Segundo Secretário:** Hugo Miguel Calado Santos. _____

ORDEM DE TRABALHOS

_____ **PONTO 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 2** - Ata n.º 1/2025, da Sessão Ordinária, realizada no dia 10-02-2025. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 3** - Ata n.º 2/2025, da Sessão Extraordinária, realizada no dia 18-03-2025. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 4** - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcanena 2025 – 1.ª Alteração – Manutenção da Equipa de Sapadores Florestais (ESF). Documento ref.ª 202508806. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 5** - LCPA - Autorização Prévia Genérica de Compromissos Plurianuais. Documento ref.ª 202507641. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 6** - Relatório de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, de 2009, referente ao ano de 2024 - abril de 2025. Documento ref.ª 202509006 (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 7** - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas de 2025. Documento ref.ª 202508995 (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 8** - Código de Ética e de Conduta. Documento ref.ª 202509007 (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 9** - AQUANENA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A. – Relatório e Contas do ano de 2024. Documento ref.ª 202504949. (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 10** - RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo – Prestação de Contas 2024. Documento ref.ª 202506309. (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 11** - RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, S.A. – Relatório e Contas do ano de 2024. Documento ref.ª 202508862. (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 12** - Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais – Relatório e Contas do ano de 2024. Documento ref.ª 202509043 (Para deliberação) _____





_____ **PONTO 13** - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (2024). Documento ref.ª 202507447. (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 14** – Linha Lavos - Rio Maior 1, a 400 Kv, troço entre o apoio 129 e a Subestação de Rio Maior - Encerramento do Processo de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental e emissão de Título Único Ambiental (TUA) – Proc.º 2025/150.10.600/1 (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 15** - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 25-01-2025 a 31-03-2025. Documento ref.ª 202508444. (Para conhecimento) _____

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia, pelas 20h45, lembrou que, conforme o artigo 79.º do Regimento desta Assembleia, há dois períodos para intervenção do público, sobre assuntos de interesse público relacionados com o Município.** _____

_____ Solicitou o uso da palavra o **Senhor Moisés Sousa**, morador em Vila Moreira. Disse haver uma vacaria na Charneca, Vila Moreira, e que, na sua opinião, o proprietário tinha cabeças de gado superiores à capacidade do terreno, sendo que o cheiro proveniente dessa vacaria era sentido em Vila Moreira e em algumas zonas de Alcanena. Continuou referindo que já havia exposto o assunto numa reunião da Junta de Freguesia de Vila Moreira, tendo o problema sido reconhecido pela Junta de Freguesia, tendo-lhe sido recomendado expor a questão à Assembleia Municipal, uma vez que o poder municipal teria maior capacidade de intervenção. _____

_____ Questionou o executivo se este era conhecedor do problema e o que estava a ser feito para o resolver. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu conhecer a situação, referindo que o mau cheiro, associado à vacaria, era sentido sobretudo em Vila Moreira. Informou ainda que os técnicos do município já fizeram uma vistoria ao local, levantando dúvidas sobre a quantidade de gado no local e se esta cumpre a licença de exploração. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** explicou ter sido identificado o problema. Referiu ter havido uma visita técnica ao local e, na sequência disso, foi chamado ao Serviço de Urbanismo do Município o representante legal da exploração, tendo sido pedidos esclarecimentos sobre o número de cabeças de gado existentes no local. _____

_____ Disse ainda que apesar de a DGAV – Direção Geral da Alimentação e Veterinária ter confirmado que os animais cumprem as regras de bem-estar, foram verificadas situações que carecem de licenciamento, como é o caso da nitreira. _____

_____ De momento, a Câmara está a aguardar a entrega de documentação pela empresa dona da exploração pecuária, para tomar a decisão mais adequada sobre o problema. _____



_____ O **Senhor Moisés Sousa** questionou há quanto tempo foi iniciada a investigação do problema e qual a previsão de resolução do mesmo. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** respondeu, transmitindo que a vistoria ocorreu após o verão do ano passado, após uma situação de odores mais intensa. Foram enviados ofícios à empresa, a convocar para uma reunião técnica, e de momento aguarda-se a entrega dos documentos. Se os mesmos não forem entregues, entretanto, terão de ser tomadas decisões sobre o encerramento da pecuária ou o licenciamento da exploração, com auto de vistoria com todas as entidades envolvidas. _____

_____ Relativamente à previsão de resolução do processo, repetiu que foi estabelecido um prazo para a apresentação dos documentos que, não sendo entregues, entretanto, ter-se-á de avançar para um processo de encerramento. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

_____ **Pelas 20h45, a Senhora Presidente da Assembleia, declarou aberta a Sessão.** _____

_____ **Análise dos pedidos de substituição** _____

_____ **1 - Pedido de substituição apresentado por Bruno Miguel Simões Quaresma Santos.**

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora **Maria Fernanda Dias Pereira da Costa**, candidata seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2 - Pedido de substituição apresentado por Patrícia Santos Louro Anacleto.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora **Carla Alexandra Varela Nobre Ramos**, candidata seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **3 - Pedido de substituição apresentado por Duarte Nuno Cruz Fonseca.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **Marco Bruno de Matos Serra**, candidato seguinte na ordem da respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **4 - Pedido de substituição apresentado por Rafaela Rosa Lopes Venda.** _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **Paulo Jorge Marques Frazão**, candidato seguinte na ordem da respetiva lista, **que preencheu a vaga**, nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
21 de abril de 2025

_____ **Deliberação: Tomado conhecimento.** _____

_____ **5 - Presente email da Junta de Freguesia de Serra de Santo António**, datado de 16-04-2025, a informar da **impossibilidade de o Senhor Presidente, Eurico Justo, estar presente**, solicitando a sua **substituição pelo Senhor Tesoureiro, Jorge Manuel Silva Neves**. _____

_____ **Deliberação: Tomado conhecimento.** _____

_____ **6 - Pedido de substituição apresentado por Carla José Mendes Pereira.** _____

_____ Presente e-mail datado de 21-04-2025, no qual a Deputada Carla José Mendes Pereira, eleita pela CDU-Coligação Democrática Unitária, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos escolares. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foram contactados telefonicamente os elementos seguintes, na ordem da respetiva lista, que informaram não poder comparecer. _____

_____ Assim, foi convocado o **Senhor José Carlos Pereira**, candidato seguinte na ordem da respetiva lista, que preencheu a vaga nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

_____ **Deliberação: Tomado conhecimento.** _____

_____ **7 - Pedido de substituição apresentado por Ana Cristina Viegas Espada Lopes Fresco.**

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora Susana Maria Martins Epifânio Frazão Aparício, candidata seguinte na ordem da respetiva lista, que informou não poder comparecer. _____

_____ Assim, foi convocado o Senhor **Nelson Marques Marques**, candidato seguinte na ordem da respetiva lista, que preencheu a vaga, nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

_____ **Deliberação: Tomado conhecimento.** _____





_____ **Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia, sendo feito o respetivo registo, verificando-se a presença de vinte e oito (28) membros:** Isabel Vieira Luís, Hugo Miguel Calado Santos, Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Marco Bruno de Matos Serra, Carla Maria Jorge Batista, Nuno Miguel Silvério Duarte Marques, Tânia Maria Martins Silva, Maria Fernanda Dias Pereira da Costa, António Manuel Mina Duque, José Carlos Pereira, Maria Margarida Duque Pessegueiro, Nelson Marques Marques, Inácia Cristina Avelino Rodrigues, Paulo Jorge Marques Frazão, Pedro Nuno Mafra Calado, João António Gomes Calçada, Carla Alexandra Varela Nobre Ramos, Vanessa Maria Alegre Silva Ferreira Bernardo, Maria Judite Jorge Sacramento Reis Carvalho, Luís Miguel Martins Cândido, Luís Carlos Lourenço Salgueiro, Joaquina de Fátima Espiguinha Proença Ramalho, David António Reis Santarém, Samuel Marques Frazão, Jorge Manuel Silva Neves, António Armando Frazão Silva, Edgar Fernando Teixeira Pereira e, Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho, Presidente da Assembleia Municipal.

_____ **- Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** _____

_____ **– Presidente da Câmara:** Rui Fernando Anastácio Henriques. _____

_____ **– Vereadores:** _____

_____ – Alexandre Hilário Afonso Gameiro Pires _____

_____ – Marlene Vieira Agostinho Carvalho _____

_____ – Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ – Tiago Gabriel Cardoso Baiona Borralho _____

_____ – José Luís Gomes Ramos _____

_____ – Sónia Carla Horta Bento _____

_____ **a) Leitura resumida do expediente** _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** deu conhecimento, de forma resumida, do expediente recebido. Prendeu-se, essencialmente, com convites vários e os pedidos de substituições para a presente sessão. _____

_____ **b) Pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia Municipal, ao anúncio das respostas dadas pela Câmara Municipal e à resposta a questões anteriormente colocadas pelo público** _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

_____ **c) Resposta às questões anteriormente colocadas pelos Membros, sempre que as mesmas não tenham sido esclarecidas quando enunciadas ou, posteriormente, por escrito.** _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

_____ **d) Tratamento e apreciação pelos membros da Assembleia Municipal de assuntos de interesse público relevantes para o Município.** _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** questionou os Senhores Deputados Municipais presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia. _____



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
21 de abril de 2025

_____ Não houve intervenções dos Senhores Deputados no Período Antes da Ordem do Dia. _

_____ **e) Emissão de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar e de moções e apreciação de recomendações e de resoluções, apresentadas nos termos do presente Regimento, sem prejuízo de poderem ser incluídos no período da ordem do dia.** _____

_____ **1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Abílio Madeira Martins.** _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** colocou à votação a integração de um Voto de Pesar, apresentado pela **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Minde**, pelo falecimento do Professor Abílio Madeira Martins: _____

_____ “Voto de Pesar Pelo falecimento do Sr. Professor Abílio Madeira Martins. _____

_____ Abílio Madeira Martins nasceu em Minde, a 1 de julho de 1928, casou-se em 1958 com Maria Cândida Correia do Nascimento e veio a falecer com a bonita idade de 96 anos, a 13 de abril de 2025.

_____ Dedicou a sua vida ao ensino, tendo lecionado nas escolas de Rio Maior, Mira de Aire, Riachos e Minde onde aqui permaneceu até 1987, data em que se aposentou. _____

_____ Ao longo da sua vida, entregou-se de forma altruísta à promoção da cultura e história de Minde, tendo deixado um legado cívico, cultural, coletivo e de benemérito, contribuindo para o fortalecimento da identidade da comunidade de Minde. _____

_____ Serviu como Secretário da Cantina Escolar; _____

_____ Membro da Assembleia do CAORG – Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro; _____

_____ Promotor da fundação do Jornal de Minde; _____

_____ Coautor de “Minde-História e Monografia”; _____

_____ Dinamizador da construção da estrada Minde - Serra de Santo António; _____

_____ Correspondente em Minde de vários jornais; _____

_____ Neste seu percurso serviu também na qualidade de autarca, como membro da Assembleia Municipal; _____

_____ Em 1994, foi-lhe atribuída a medalha de Mérito Municipal; _____

_____ No ano 2000, colaborou no álbum Memórias de Minde Século XX; _____

_____ A 14 de novembro de 2014 doou a Casa da Memória à Junta de Freguesia de Minde que, desde a sua inauguração a 20 de janeiro de 2019, veio sendo a sua segunda casa até ao seu falecimento;

_____ Em setembro de 2023, viu o seu nome ser atribuído à Escola Básica de Minde. _____

_____ O Professor Abílio Madeira Martins deixa, através das suas ações, um legado de esperança, merecendo um profundo respeito e admiração de todos. É, assim, reconhecido como um homem de causas, de sonhos, um homem de bem, constituindo o seu falecimento uma enorme perda para Minde e concelho de Alcanena. _____

_____ Pelo seu percurso exemplar, e reconhecendo a elevada dedicação e todos os valiosos contributos que o Professor Abílio Madeira Martins soube dar à sua comunidade, a Junta de Freguesia de Minde propõe que esta Assembleia Municipal delibere aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
21 de abril de 2025

falecimento, a título de homenagem e reconhecimento, observando este órgão um minuto de silêncio em sua memória. _____

_____ Minde, 21 de abril de 2025.” _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento de **Abílio Madeira Martins**, seguido de um minuto de silêncio em sua memória. _____

_____ **2 – Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco.** _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** colocou à votação a integração de um Voto de Pesar, apresentado **pela Bancada do PS – Partido Socialista, e transversal a todas as bancadas da Assembleia Municipal**, pelo falecimento do Papa Francisco, homem que teve como principal ação, no seu pontificado, a paz, a liberdade e o amor entre os homens, valores que devem ser registados. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco, seguido de um minuto de silêncio em sua memória. _____

_____ **f) Votação, por ordem de chegada, de propostas de deliberação referidas na alínea e)**

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

ORDEM DO DIA

_____ **Pelas 21h05 minutos, a Senhora Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia.**

_____ **PONTO 1 – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento).** _____

_____ Presente, para conhecimento, a Informação n.º 202508792, datada de 14-04-2025, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município, no período decorrido desde a data da anterior Sessão da Assembleia Municipal até à corrente Sessão da Assembleia Municipal e respetiva Situação Financeira, bem como a Relação dos Processos Judiciais em curso, com indicação da fase processual em que se encontram. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez o enquadramento da informação.

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Deputado Silvestre Pereira**, questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação dos processos ambientais já levantados. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que os processos não estavam na posse da Câmara Municipal. São processos acompanhados pelos serviços jurídicos e que a informação que a Câmara tem é aquela que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso.

_____ **PONTO 2 - Ata n.º 1/2025, da Sessão Ordinária, realizada no dia 10-02-2025. (Para deliberação)** _____





____ Presente a Ata n.º 1/2025, da Sessão de Ordinária realizada no dia 10-02-2025, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

____ **Deliberação, tomada por maioria, com 6 abstenções e 22 votos a favor:** Aprovada a Ata n.º 1/2025, da Sessão de Ordinária, realizada no dia 10-02-2025. _____

____ **Abstiveram-se** os Deputados: José Carlos Pereira, Paulo Jorge Marques Frazão, Luís Carlos Lourenço Salgueiro, António Armando Frazão Silva, Edgar Fernando Teixeira Pereira, e Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho, Presidente da Assembleia Municipal. _____

3 - Ata n.º 2/2025, da Sessão Extraordinária, realizada no dia 18-03-2025. (Para deliberação) _____

____ Presente a Ata n.º 2/2025, da Sessão de Extraordinária, realizada no dia 18-03-2025, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

____ **Deliberação, tomada por maioria, com 6 abstenções e 22 votos a favor:** Aprovada a Ata n.º 2/2025, da Sessão de Extraordinária, realizada no dia 18-03-2025. _____

____ **Abstiveram-se** os Deputados: Maria Fernanda Dias Pereira da Costa, Maria Margarida Duque Pessegueiro, Paulo Jorge Marques Frazão, Carla Alexandra Varela Nobre Ramos, Jorge Manuel Silva Neves e Nelson Marques Marques. _____

4 - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcanena 2025 – 1.ª Alteração – Manutenção da Equipa de Sapadores Florestais (ESF). Documento ref.ª 202508806. (Para deliberação) _____

____ Presente a Informação n.º 202508806, datada de 14-04-2025, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para o ano de 2025, de acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, constante na referida Informação. _____

____ **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** enquadrou o assunto. _____

____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para o ano de 2025, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com a alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, e com a alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. _____

5 - LCPA - Autorização Prévia Genérica de Compromissos Plurianuais. Documento ref.ª 202507641. (Para deliberação) _____

____ Presente a proposta n.º 202507641, datada de 01-04-2025, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove manter todo o deliberado sobre esta matéria na



sessão de 10-11-2021, com a atualização do valor limite na mesma mencionado, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) para o montante de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), considerando a mencionada alteração legislativa. _____

_____ Refere-se que o Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025, no artigo 151.º, altera a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, aumentando o valor limite aí referido, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) (20.000 contos), para 500.000,00€ (quinhentos mil euros), em cada um dos anos económicos, no que respeita a autorização de encargos plurianuais, mantendo todo o demais teor do referido artigo. _____

_____ Refere ainda que o valor limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) foi fixado no ano de 1999, ao tempo ainda em contos, conforme consta na redação do diploma referido (20.000 contos). Volvidos cerca de 27 anos, este limite foi atualizado, ficando mais adequado às condições e exigências atuais, tendo sido fixado pelo legislador em 500.000,00€ (quinhentos mil euros) em cada um dos anos económicos, como se refere. _____

_____ A Assembleia Municipal, na sua sessão realizada no dia 10-11-2021, face ao constante na proposta n.º 22009, datada de 27-10-2021, deliberou: _____

_____ 1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: _____

_____ a) - Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; _____

_____ b) - Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.” _____

_____ 2 - A assunção de Compromissos Plurianuais a coberto da Autorização Prévia referida, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. _____

_____ 3 - A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. _____

_____ 4 - O regime de autorização aprovado deverá aplicar-se à Câmara Municipal, relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que venham a produzir efeitos a partir de 15 de outubro de 2021. _____

_____ 5 - Em todas as Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembleia Municipal deverá ser



presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ou modificados, ao abrigo da Autorização Prévia Genérica aprovada. _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia** enquadrou o assunto, destacando a alteração que foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, referente à atualização do valor limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) para o montante de 500.000,00€ (quinhentos mil euros). _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado manter todo o deliberado sobre a LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Autorização Prévia Genérica de Compromissos Plurianuais, na sessão realizada no dia 10-11-2021, face ao constante na proposta n.º 22009, datada de 27-10-2021, com a atualização do valor limite na mesma mencionado, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) para o montante de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) em cada um dos anos económicos, no que respeita a autorização de encargos plurianuais, alteração que foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que aprova as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025. _____

6 - Relatório de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, de 2009, referente ao ano de 2024 - abril de 2025. Documento ref.ª 202509006 (Para deliberação) _____

_____ Presente a proposta n.º 202509006, datada de 16-04-2025, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove o Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluído os de Corrupção e Infrações Conexas de 2009, reportado ao ano de 2024 – abril de 2025. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluído os de Corrupção e Infrações Conexas de 2009, reportado ao ano de 2024 – abril de 2025, anexo à Proposta n.º 202509006, nos termos do disposto do artigo 6.º, do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro. _____

7 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas de 2025. Documento ref.ª 202508995 (Para deliberação) _____

_____ Presente a proposta n.º 202508995, datada de 16-04-2025, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluído os de Corrupção e Infrações Conexas de 2025, do Município de Alcanena. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluído os de Corrupção e Infrações Conexas de 2025, do Município de Alcanena, anexo à Proposta n.º 202508995, nos termos do disposto do artigo 6.º, do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro. _____

8 - Código de Ética e de Conduta. Documento ref.ª 202509007 (Para deliberação) _____



_____ Presente a proposta n.º 202509007, datada de 16-04-2025, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove o Código de Ética e Conduta e Assédio do Município de Alcanena. _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia** enquadrou o assunto, propondo a sua aprovação, destacando as normas proferidas relativamente ao assédio no trabalho. _____

_____ O **Senhor Deputado Silvestre Pereira** disse tratar-se de documentos importantes. _____

_____ O **Senhor Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro** questionou porquê votar um documento já publicado em Diário da República, referindo desconhecer os procedimentos legais do processo. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** explicou existir um documento de 2014 que foi revisto e aprovado em fevereiro de 2020, pela Assembleia Municipal, mas que não foi publicado e, portanto, não produziu os devidos efeitos legais. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Código de Ética e Conduta e Assédio, anexo à Proposta n.º 202509007, nos termos do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da CRP, da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais, da alínea c) do n.º 2 do artigo 19.º e n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na redação atual, da alínea k) do artigo 71.º e dos artigos 74.º a 76.º da LTFP – Lei do Trabalho em Funções Públicas, do artigo 19.º do Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, do artigo 7.º do RGPC – Regime Geral de Prevenção da Corrupção e Lei n.º 54 /2008, de 4 de setembro. _____

9 - AQUANENA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A. – Relatório e Contas do ano de 2024. Documento ref.ª 202504949. (Para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, o Relatório e Contas do Ano de 2024, da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Deputado Silvestre Pereira**, mencionando, com agrado, o desenvolvimento dos projetos desta empresa municipal. Questionou a discriminação da contabilidade analítica de cada uma das atividades que a empresa exerce e se estava prevista alguma alteração do modelo contabilístico e qual o resultado inerente a essa especialização do exercício. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** disse que o Conselho Consultivo já tinha reunido várias vezes, sempre com o objetivo de esclarecer os industriais. Tem também havido reuniões do Conselho de Administração com os utilizadores, tendo surgido a carta que acompanha o relatório financeiro. _____

_____ Continuou esclarecendo que, quando foi aprovada a revisão do contrato de gestão delegada, houve uma alteração da forma de imputação dos custos, que tem de ser finalizada até dia 15 de maio, para ser enviada à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. _____

_____ Informou ainda que, naquela ocasião, foi transmitido ao Conselho Consultivo, onde o Conselho de Administração está presente e presta todos os esclarecimentos, que iriam ser enviadas



essas contabilizações discriminadas daquilo que é o saneamento doméstico e o saneamento industrial, não podendo haver subsidiarização cruzada entre as diferentes áreas de trabalho da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A.. _____

_____ Informou também que, naquele dia, em sede de Reunião de Câmara, havia sido aprovada uma proposta da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A. referente à aplicação do fator K. Podem candidatar-se à aplicação do fator K industriais que implementem projetos mais eficientes e tecnologias de redução das suas emissões e que tenham um período superior a 1 ano sem incumprimentos, resultando na aplicação de uma redução de até 20% das tarifas variáveis.

_____ O **Senhor Deputado Silvestre Pereira** congratulou a aplicação do referido fator, previsto no regulamento, visto tratar-se de uma discriminação positiva. Relembra que a posição da bancada do PS – Partido Socialista é de conformidade com este tipo de indústria, que dá trabalho a muitas pessoas, referindo que, para além das empresas que são discriminados positivamente, também há as que prejudicam a competitividade dos outros. Se houver situações de incumprimento, também essas empresas devem ser reportadas, tal como as que estão a cumprir devem servir como exemplo. _____

_____ Na sua intervenção o **Senhor Presidente da Câmara** clarificou que as contas da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A. são duplamente auditadas, quer pelo revisor oficial de contas, quer pela própria ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Parece-lhe que esta discriminação positiva seja o caminho de premiar o mérito das empresas, sendo que, até ao momento, já são 3 as que irão beneficiar da aplicação do Fator K, com uma redução de até 20% das tarifas variáveis. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto** dizendo concordar com as palavras do Senhor Vereador Nuno, no sentido de se clarificar a receita e a despesa do saneamento doméstico e industrial, até dia 15 de maio. Perguntou se, após esta clarificação, a Assembleia Municipal terá conhecimento da alteração. _____

_____ Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto, o **Senhor Vereador Nuno Silva** disse não haver qualquer alteração, apenas a imputação dos custos, de acordo com o Contrato de Gestão Delegada. _____

_____ O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto** disse estar escrito que “o saneamento continua a aparecer como uma atividade única, sem que exista uma separação entre industrial e doméstico, como tem vindo continuamente a ser referido e solicitado os pareceres do Conselho Consultivo”. Queria apenas questionar se a Assembleia Municipal iria ter conhecimento da distribuição da receita e da despesa. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro**, complementando o dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto relativamente a este assunto, parecendo-lhe dever o mesmo ser discutido no âmbito do Conselho Consultivo da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A,



e, eventualmente, no próximo Relatório de Contas. _____

_____ O **Senhor Deputado Silvestre Pereira** referiu ainda que o Conselho Consultivo da AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A., era o fórum adequado para emitir o parecer e, em resultado disso, ser verificado pelo Conselho de Administração para serem tomadas as decisões e, em última análise, ser presente à Assembleia Municipal, para conhecimento.

_____ Em conclusão, o **Senhor Vereador Nuno Silva** lembrou que o Presidente do Conselho Consultivo é nomeado pela Assembleia Municipal, podendo o mesmo fazer chegar àquele órgão todos os relatórios. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do Ano de 2024, da AQUANENA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A. _____

10 - RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo – Prestação de Contas 2024. Documento ref.ª 202506309. (Para conhecimento)

_____ Presente, para conhecimento, o Relatório e Contas do ano de 2024, Parecer do Fiscal Único e Dissolução da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. _____

_____ O **Senhor Deputado Silvestre Pereira** questionou qual o ponto de situação daquele documento. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** referiu que este ponto era alusivo à dissolução da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. No momento, têm a situação fiscal regularizada e a Comissão Liquidatária desenvolveu todos os esforços necessários para a sua liquidação, para que fique apenas a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, S.A. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do ano de 2024, do Parecer do Fiscal Único e da Dissolução da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. _____

11 - RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, S.A. – Relatório e Contas do ano de 2024. Documento ref.ª 202508862. (Para conhecimento)

_____ Presente, para conhecimento, o Relatório e Contas do Ano de 2024, da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, S.A. _____

_____ O **Senhor Deputado Silvestre Pereira** questionou qual o ponto de situação daquele documento. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** referiu ter lido o relatório do grupo de trabalho dos aterros e ficado ainda mais preocupado, uma vez que o país tem aterros próximos do seu limite. Alertou que o país terá penalizações muito sérias se não encararmos este problema com muita seriedade. Serão necessários cerca de 1.300.000.000,00€ (mil e trezentos milhões de euros) para ser implementado um sistema sério para que o que vai para os aterros seja próximo de zero. _____

_____ Do ponto de vista europeu, a nossa situação é muito má e há uma questão de cidadania que tem de mudar drasticamente. _____



_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** referiu que os desafios de gestão são muitos e grandes. Disse haver um empréstimo de cerca de 900.000,00€ (novecentos mil euros) para fazer face a um investimento essencial para se manter a licença de exploração. _____

_____ Os desafios passam por cumprir com o PAPERSU - Plano de Ação para a aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030. O que está em cima da mesa é que o não cumprimento destas metas irá implicar cortes nos acordos de financiamento para os municípios e estes irão ter de pagar aquilo que produzem. Tendo em conta o descrito no relatório técnico, terá de se avançar para outro tipo de tecnologias de destruição de resíduos, sob pena de se vir a ter cada vez mais aterros. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que os utilizadores já estavam a ser altamente penalizados. Neste momento a AQUANENA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, E.M, S.A., pagou cerca de 700.000,00€ (setecentos mil euros) para a colocação de lamas no seu aterro. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Deputado Silvestre Pereira** disse concordar com o dito pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Vereador Nuno Silva. _____

_____ Na sua opinião, disse ser importante e fundamental a sensibilização e a mudança da mentalidade dos utilizadores, lançando o desafio às comissões especializadas na área do ambiente, para a promoção de discussões públicas, em que todos os cidadãos pudessem ser informados e sensibilizados. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** informou ter havido uma reunião com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, tendo sido transmitido estar em fase de adjudicação o lançamento de uma campanha nacional. Uma das primeiras ações dos PAPERSU - Plano de Ação para a aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos é a transmissão dessa informação relativa à campanha nacional. Paralelamente, cada município deverá implementar a sua estratégia, sendo que a estratégia do Município de Alcanena passa pela instalação da compostagem comunitária e recolha porta a porta. _____

_____ O **Senhor Deputado Silvestre Pereira** disse ser importante o envolvimento das pessoas e que sintam localmente os problemas. Na sua opinião, era importante o envolvimento descentralizado das Juntas de Freguesia, sendo ainda importante a monitorização do que se passa. Referiu fazer a sua própria separação, ficando abismado com o que vê ser depositado nos contentores. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do Ano de 2024, da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, S.A. _____

12 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais – Relatório e Contas do ano de 2024. Documento ref.ª 202509043 (Para deliberação) _____

_____ Presente o Relatório de Gestão das Contas Individuais do Município de Alcanena, referentes a 2024, bem como os Documentos de Prestação de Contas do ano 2024, com o número de registo 202509043, remetidos pela Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ Os referidos Documentos foram aprovados na Reunião da Câmara Municipal, realizada em



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
21 de abril de 2025

21 de abril de 2025. _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento do assunto em questão, destacando alguns dados, relativamente à análise das contas de 2024. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** começou por destacar alguns dados do relatório, nomeadamente: _____

_____ 1. Execução da Receita de 98,4%, valor mais alto dos últimos anos; _____

_____ 2. Prazo Médio de pagamentos: Redução de 28 para 16 dias; _____

_____ 3. Não existem pagamentos em atraso; _____

_____ 4. Saldo de Gerência anterior: 7.547.563,47€ (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos); _____

_____ 5. Margem de Endividamento: 4.869.664,62€ (quatro milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos); _____

_____ 6. Está cumprido o Equilíbrio orçamental, com uma margem de 156.702,91€ (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e dois euros e noventa e um cêntimos); _____

_____ 7. Aumento do ativo de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), verso o aumento do passivo de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros); _____

_____ 8. O peso das amortizações, acrescido de juros de empréstimos, na despesa de total do município reduziu de 9% para 5,1%: Valor em 2020 era de 11,2%; _____

_____ 9. Peso do Endividamento de MLP – Médio Longo Prazo no passivo diminuiu de 36,7% para 34,3%. _____

_____ De seguida, passou a palavra ao ROC – Revisor Oficial de Contas, da Câmara Municipal, tendo este apresentado, de forma resumida, os Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2024, as quais certificou. _____

_____ Solicitou o uso da palavra a **Senhora Deputada Carla Batista**. Começou por fazer dois agradecimentos. Primeiramente ao ROC – Revisor Oficial de Contas, pela forma clara como apresentou o documento, e seguidamente ao Senhor Presidente da Câmara por ter promovido aquela apresentação, e que a mesma permitiu uma melhor compreensão dos documentos, que ela própria, embora seja contabilista e, portanto, da área, não tem capacidade nem tempo para analisar, quanto mais quem não é da área. _____

_____ Continuou dizendo deixar uma nota negativa à Assembleia Municipal pelo facto de nunca terem conseguido reunir a Comissão. _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia** disse que seria bom que futuramente manifestassem e tentassem alterar o funcionamento da Assembleia Municipal. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Deputado Silvestre Pereira** começou por agradecer ao ROC – Revisor Oficial de Contas a capacidade de síntese e de clareza que teve na apresentação do documento, que é complexo. _____





_____ Continuou dizendo que a Assembleia Municipal tem por obrigação legal e estatutária analisar, fiscalizar e aprovar as contas do município, sendo exigível que os membros da Assembleia tenham condições para que lhes sejam explicadas atempadamente as situações, para que, politicamente, possam tomar as suas posições de deliberação positiva, negativa ou de abstenção. _____

_____ Referiu ainda que o grupo municipal a que pertence iria promover, para o próximo Plano e Orçamento, uma reunião atempada, para se discutir as Grandes Opções do Plano, em colaboração com a Câmara Municipal, para darem os seus contributos, já que as Comissões Municipais não o fizeram.

_____ Realçou que o executivo se deveria organizar o melhor possível para que fizessem chegar os documentos com mais antecedência, fundamentalmente o Relatório e Contas e o Plano e Orçamento.

_____ Mencionou ainda a possibilidade de um orçamento participativo relativamente às Grandes Opções do Plano, havendo uma responsabilidade de definição de condições para que o novo orçamento fosse o mais amplamente discutido. _____

_____ Terminou congratulando a qualidade do documento, que preenche todas as normas legais.

_____ Solicitou uso da palavra o **Senhor Deputado João Calçada** dizendo ter ficado contente por ver que o Partido Socialista reconhece o mérito e o esforço que o Executivo tem feito. Fica também contente pelo facto de o Senhor Deputado Silvestre Pereira, que exerceu funções de alto cargo na Assembleia Municipal, apresentar novas ideias para debate. _____

_____ Referiu que o Executivo tem feito um bom trabalho, que apresenta documentação, conseguindo dar espaço para que a oposição demonstrasse os seus pontos de vista, e que nestes 4 anos de mandato levou Alcanena além-fronteiras, com diversos projetos de sucesso. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Deputado Silvestre Pereira** disse ter sido identificado pessoalmente para uma situação que não reconhece e discorda. Cada mandato tem as suas prioridades, fazendo-se coisas positivas e menos positivas. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Deputado Nuno Marques** disse ser contra as Comissões porque nada resultou das mesmas, reconhecendo não haver motivação por parte dos Senhores Deputados que pertencem às aludidas Comissões. _____

_____ Quanto ao Relatório de Gestão, congratula-se com a alteração do ROC – Revisor Oficial de Contas. _____

_____ Terminou parabenizando o ROC – Revisor Oficial de Contas pela excelência do Relatório e apresentação do mesmo, e o mérito do Executivo, que concretizou e levou a cabo índices muito agradáveis para aprovação. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara**, na sua intervenção, disse ter ouvido com muita atenção o dito pelo Senhor Deputado Silvestre Pereira. Disse que, enquanto eleito que foi, teve 12 anos para fazer escola e não o fez, retirando-lhe alguma autoridade moral. _____

_____ Referiu que, quando terminar o seu mandato, faz questão de entregar, a quem o suceder, um relatório de transição que, na sua opinião, deveria de ser obrigatório. Informou que o relatório que



recebeu por parte da sua antecessora foi zero, situação inaceitável e de irresponsabilidade. _____

_____ Continuou dizendo que nas anteriores Sessões das Assembleias Municipais, a que assistiu, não se percebia quem era o Presidente da Assembleia Municipal e quem era a Presidente da Câmara.

_____ Reconheceu haver margem para melhorias. _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** disse que, pessoalmente, analisa a sua participação com algum progresso, nomeadamente na análise das situações e na forma como conduziu os trabalhos. Tem noção que se aprovou um Regimento no início do mandato, que cortava com muito do que era o passado, que não conhecia. Pelos testemunhos que vai ouvindo na Assembleia Municipal, leva-a a crer que alguma diferença houve. Todos estão num processo evolutivo e todos podem e devem ter um maior envolvimento no estudo dos documentos. O trabalho dos grupos municipais deveria funcionar com mais entrega. _____

_____ Referiu que, de facto, o prazo de 2 dias úteis não era o suficiente para analisar a documentação, tarefa ingrata, independentemente de tudo o que há a fazer nas vidas profissionais de cada um, no entanto, aquele prazo era superior ao que acontecia nos anteriores mandatos. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto**. Começou por concordar com o dito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal porque, de facto, estavam todos num processo evolutivo. Disse ter podido não haver um relatório de transição entre executivos, mas houve muito dinheiro deixado na conta do Município. Disse ainda que o papel da Assembleia Municipal deveria ser fiscalizar de forma mais construtiva. _____

_____ Referiu que o líder de bancada do Partido Socialista, que foi Presidente da Assembleia Municipal durante 12 anos, de forma digna, teve a coragem de congratular o que estava bem e tem tido a coragem, muitas vezes de forma invisível, de ajudar o Executivo em situações essenciais da vida do Concelho de Alcanena, tendo feito um ciclo de missão irrepreensível durante estes últimos 4 anos. _

_____ Continuou dizendo que, provavelmente, o objetivo que o líder de bancada queria falar relativamente a este ponto, seria de ser considerado que têm feito o melhor possível enquanto oposição, e de forma calma. _____

_____ Terminou dizendo ser praticamente impossível ler, interpretar e analisar os documentos, nos 2 dias úteis que antecederam a presente sessão, referindo ter sido benéfico ter havido a apresentação efetuada pelo ROC – Revisor Oficial de Contas, porquanto ficou mais esclarecido de forma a tomar uma decisão assertiva. _____

_____ De seguida, solicitou do uso da palavra o **Senhor Deputado Silvestre Pereira**, reafirmando o cumprimento e a evolução da forma como se analisa um mandato ou um executivo. Teve o cuidado de realçar positivamente, quer os resultados do executivo, quer a apresentação feita. _____

_____ Referiu que, quando houve a necessidade de se aderir à Associação de Assembleias Municipais, que permitiu fazer a síntese do novo Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal dessa altura teve um papel muito importante nesse sentido. Disse ainda que, perante o Regimento, aprovado



por unanimidade pela Assembleia Municipal, era natural que os deputados pugnem pela sua implementação. _____

_____ Continuou dizendo haver 3 Comissões Municipais e 3 Coordenadores nomeados, e que a aplicação do Regimento deveria ser aprofundada. _____

_____ Terminou congratulando a apresentação dos resultados e que o sentido de voto da bancada do Partido Socialista era no sentido de melhoria futura de documentos e prazos. _____

_____ O **Senhor Deputado José Carlos Pereira**, na sua intervenção, referiu que, para um leigo, o curto prazo para análise dos documentos limita a discussão nos grupos parlamentares e que os documentos deveriam ser entregues com mais antecedência. Recordou que o problema não era de agora, sendo que houve mandatos anteriores em que os documentos eram entregues no próprio dia. _____

_____ Sublinhou as melhorias existentes e verificadas na relação entre a oposição e o poder, relação essa que não existia anteriormente. _____

_____ Solicitou do uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, querendo desmistificar algumas situações. Começou por dizer não ter encontrado o dinheiro que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto disse ter sido deixado pelo anterior Executivo, porquanto aquilo que foi recebido foi um saldo de gerência de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) e um orçamento do Estado que cortou quase 1.000.000,00€ (um milhão de euros) no orçamento da Câmara municipal, e projetos nenhuns, embora tivesse mencionado projetos na campanha eleitoral. _____

_____ Relativamente às obras de execução mais significativas, referiu ter sido deixado a obra do Estádio Municipal de Alcanena, sem qualquer financiamento previsto, e que agora deverá ser objeto de financiamento para parte da obra, o projeto da Estrada dos Pousados e o projeto da Escola de Minde, que nem financiamento tinha, tendo sido o mesmo aprovado por este Executivo, no início de 2022. _

_____ Recordou que, neste ano, foi apresentado um orçamento que, no Médio Tejo, só era superado pela Câmara Municipal de Ourém, resultante da procura de investimentos, maturidade financeira e “know-how”. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria, com 14 votos a favor e 13 abstenções:** Aprovado o Relatório de Gestão das Contas Individuais do Município de Alcanena, referentes a 2024, bem como os Documentos de Prestação de Contas do ano 2024. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Senhores Deputados: Isabel Vieira Luís, Hugo Miguel Calado Santos, Marco Bruno de Matos Serra, Nuno Miguel Silvério Duarte Marques, António Manuel Mina Duque, Nelson Marques Marques, Paulo Jorge Marques Frazão, João António Gomes Calçada, Vanessa Maria Alegre Silva Ferreira Bernardo, Maria Judite Jorge Sacramento Reis Carvalho, Joaquina de Fátima Espiguinha Proença Ramalho, Jorge Manuel Silva Neves, Edgar Fernando Teixeira Pereira e Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Abstiveram-se** os Senhores Deputados: Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Carla Maria Jorge Batista, Tânia Maria Martins Silva, Maria Fernanda Dias Pereira da Costa, Maria Margarida Duque



Pessegueiro, Inácia Cristina Avelino Rodrigues, Pedro Nuno Mafra Calado, Carla Alexandra Varela Nobre Ramos, Luís Miguel Martins Cândido, Luís Carlos Lourenço Salgueiro, David António Reis Santarém, Samuel Marques Frazão e António Armando Frazão Silva, **tendo sido apresentada verbalmente a seguinte declaração de voto:** “Reforçam que não tem a ver com o documento, nem com o que foi apresentado enquanto contas e resultados efetivos. Que fique bem claro que foi pelo facto de não terem tido o conhecimento, oportunidade e tempo de analisar o documento, nem ter sido dada a informação sobre o documento, que tantas vezes pediram”. _____

_____ **Não participou na votação** o Senhor Deputado José Carlos Pereira. _____

13 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (2024). Documento ref.ª 202507447. (Para conhecimento)

_____ Presente, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (2024). _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Deputado Silvestre Pereira**. Disse já ter referido várias vezes que a metodologia de elaboração do Plano e Orçamento deveria ser realizada de outra forma, ou seja, através de uma apresentação sucinta daquilo que são as grandes opções, as verbas, as áreas, e os projetos a serem implementados, solicitando a participação dos elementos da Assembleia Municipal. Pensa ser uma questão metodológica. _____

_____ Questionou como podem participar e pronunciar-se, se não têm conhecimento e informação do seu contexto, para uma análise quantitativa. Disse nada ter a contrapor relativamente ao processo do Direito de Oposição, no entanto, acha que este ponto marca a posição do Partido Socialista de ajudar na evolução da forma de apresentação do referido processo. _____

_____ O **Senhor Deputado Nuno Marques** questionou se o Partido Socialista participou no direito de audição e elaboração do relatório. Têm vontade de participar, mas depois a concretização dos factos é nula. “Para a mulher de César não basta ser séria tem de parecer séria” e, portanto, têm de participar. Continuou contestando, se lhes é dada a possibilidade de participar, mas não participam, então por que querem tanto o direito de participação. _____

_____ Concluiu dizendo estarmos em ano de eleições e que se gosta de apresentar algum trabalho, mas também não é preciso ser assim tão demagogo. Se querem participar, que participem e façam por participar. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Deputado Silvestre Pereira** disse que gostaria que todos tivessem o exemplo de serem pessoas dignas daquela Assembleia Municipal. Estar a identificar nomes a pessoas que não merecem, que nunca atacaram ninguém pessoalmente, é uma falta de respeito enorme. O que foi dito foi que a falta de participação do Partido Socialista não foi no exercício do dever, mas por não estarem de acordo com a metodologia, e foi isso que foi dito várias vezes. Estão a tentar melhorar uma metodologia que consideram correta. _____

_____ O **Senhor Deputado Nuno Marques** contestou. Disse não ter atacado ninguém



pessoalmente, e que isso mesmo ficasse claro. Não fez nenhum ataque pessoal e não se dirigiu a nenhuma pessoa em concreto. Dirigiu-se simplesmente a um titular do direito de oposição, que tem o direito e dever em participar e ser ouvido sobre este mesmo direito. _____

_____ Referiu que o exercício dos direitos, contemplados no artigo 10.º, é participar e tomar parecer na elaboração do relatório, justificando os motivos pelos quais não estão satisfeitos com o trabalho do executivo e identificar os pontos que gostariam de ver contemplados na atuação do mesmo, para que o executivo conseguisse melhorar e agir de outra forma e tomar um caminho reto e justo para com a oposição. _ _____

_____ Foi isto que disse e é isto que está contemplado no estatuto do direito de oposição. Que todos participem ou que participem o mais possível, mas se são chamados a participar e não participam, não podem depois dizer que o executivo não lhes deu oportunidade para o fazer e que gostariam que o executivo tivesse outra conduta. O direito de oposição é participar, alertar e chamar a atenção para um caminho diverso daquele que está a ser seguido pelo executivo. O executivo está no caminho que escolheu, convidou a oposição a participar e a apontar. Quis que ficasse bem claro que o direito de oposição foi nada. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (2024). _____

14 – Linha Lavos - Rio Maior 1, a 400 Kv, troço entre o apoio 129 e a Subestação de Rio Maior - Encerramento do Processo de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental e emissão de Título Único Ambiental (TUA) – Proc.º 2025/150.10.600/1 (Para conhecimento)

_____ Presente à reunião o processo mencionado em epígrafe, o qual dá conhecimento do encerramento do Processo de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental e emissão do TUA - Título Único Ambiental. _ _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia** enquadrou o assunto, destacando que a emissão do Título Único Ambiental implica que a Linha de Muito Alta Tensão avance inevitavelmente e desafiou os autarcas a manifestarem o seu desagrado, perante esta possibilidade. _____

_____ Tendo em conta a matéria sensível deste ponto, o **Senhor Deputado Silvestre Pereira** pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação atual do processo. Do que teve conhecimento no último relatório em que participou, havia 2 ou 3 moradias que estavam dentro da área considerada crítica, referente ao cumprimento dos 40 metros de distância, e também algumas dificuldades de alteração das linhas. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Presidente da Câmara** informou que, no dia 4 de março, esteve reunido com a Senhora Ministra do Ambiente, tendo resultado dessa reunião que aquele Ministério iria promover uma reunião com a Câmara Municipal de Alcanena, Câmara Municipal da Batalha, REN – Redes Energéticas Nacionais, APA – Agência Portuguesa do Ambiente e ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, no sentido de se analisar o que lhe parece ter de ser a linha de trabalho,



afirmando que não é altura de “deitar a toalha ao chão”. _____

_____ Continuou expondo que a linha de argumentação passará por reforçar que se já existem pontos de apoio, que estão a funcionar e que se podem reforçar, com custos muito mais baixos para o país, para a REN - Redes Elétricas Nacionais e para o consumidor final, porque não seguir essa alternativa. Contudo, salientou que a concretização desta alternativa não será fácil, devido às linhas em questão não cumprirem os afastamentos legais das habitações, o que torna a sua duplicação mais complicada. O problema destas linhas é que elas hoje são ilegais e, ao serem alvo de uma avaliação de impacto ambiental, serão reprovadas. Mas isto é uma questão política e que deve ser decidida ao mais alto nível. _____

_____ Continuou informando que no dia seguinte à reunião com o Ministério do Ambiente, foi emitido o TUA - Título Único Ambiental, salientando estar a ser preparada uma providência cautelar para contestar o avanço da linha, ações jurídicas conjuntas entre as Câmaras Municipais de Alcanena e da Batalha, para impedir a concretização da linha. Quer uma providência cautelar que seja tão bem feita que tenha a possibilidade de sucesso. Sabe que não é fácil, “mas temos de lutar e vamos lutar”, ressaltou.

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Deputado José Carlos Pereira**. Começou por recordar que, há cerca de 1 ano, aquele assunto já teria sido discutido numa Assembleia Municipal em que a população do Vale Alto esteve presente. Sublinhou que esta linha atravessa 5 das 7 freguesias do concelho de Alcanena, defendendo ser de extrema importância juntar a força da Assembleia Municipal à força das populações, conseguindo-se, dessa forma, uma força extraordinária. _____

_____ Ironicamente, dirigindo-se ao jornal “O Mirante”, referiu achar graça há muito tempo não haver notícias do Concelho de Alcanena, se outrora todas as semanas eram publicadas notícias e fotografias naquele jornal. Disse ser importante que o jornal fizesse notícia desta situação. _____

_____ Concorde com o Senhor Presidente da Câmara de não “deitar a toalha ao chão”, propondo ouvir-se as populações e promover a sua mobilização para reforçar a pressão política sobre a situação.

_____ O **Senhor Deputado Nuno Marques** questionou se já perceberam que há um desinvestimento nas redes existentes, por que não optam pela sua utilização, em detrimento da construção de uma linha nova. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu, mencionando que as linhas são consideradas ilegais. Atualmente, estão e mantêm-se em funcionamento, mas se forem sujeitas a uma duplicação, irá ser verificado que houve licenciamento de construção de casas debaixo das linhas, sem terem sido cumpridos os afastamentos, e é essa a questão. Reafirmou dizendo que, existindo alternativa, a mesma devia ser utilizada. _____

_____ Aproveitando a deixa do Senhor Deputado José Carlos Pereira, relativamente às publicações realizadas pelo Jornal “O Mirante”, informou que, em 2021, só no mês de junho, houve publicidade municipal naquele jornal de cerca de 10.000,00€ (dez mil euros). _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Minde**.



Começou por congratular as palavras do senhor Presidente da Câmara, quando afirmou não ser altura de “deitar a toalha ao chão”. Disse ainda que a população da Freguesia de Minde já teria feito 2 abaixo-assinados, estando na disposição de ir até ao fim com aquilo que puderem contribuir. _____

_____ O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto** mostrou-se solidário com as posições tomadas, sugerindo a criação de uma petição pública para levar o tema a debate parlamentar.

_____ Relativamente à emissão do TUA - Título Único Ambiental, questionou se houve alguma razão pela qual as Câmaras Municipais de Alcanena e Batalha submeteram a participação apenas em sede de consulta pública ou já não havia nada a fazer. _____

_____ Referiu também que, na página 6 do TUA - Título Único Ambiental, apenas é referido que a Câmara Municipal de Santarém fez algumas constatações. _____

_____ Relativamente à linha, espera que a situação se consiga reverter, caso se consigam minimizar os impactos, que provavelmente irá acontecer. Continuou referindo que, prevendo que vai haver uma zona industrial, prevendo que vai haver uma grande necessidade de energia, pergunta se poderá também vir a ser no futuro uma oportunidade para a Zona Industrial, uma vez que se prevê uma grande carga energética necessária para aquele espaço, onde a linha passará. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que a Câmara Municipal participou no quadro legal que tinha à sua disposição. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** acrescentou que a participação do Município decorreu na fase de consulta pública, ou seja, num dos 2 períodos que existem para participação. Acrescentou ainda que a própria Comissão de Análise, que analisou o relatório, reconhece o impacto, mas que, ainda assim, foi emitido o TUA – Título Único Ambiental. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** continuou referindo que, para além da participação do Município, houve ainda a participação das Juntas de Freguesia e dos cidadãos. Não foram só os Municípios de Alcanena e da Batalha, houve de facto uma mobilização das pessoas. Reforçou que precisamos de ter uma participação muito qualificada e muito bem alicerçada do ponto de vista técnico e jurídico, independentemente da mobilização da população. Referiu que, enquanto comunidade, todos devem mobilizar-se. _____

_____ Relativamente às disponibilidades de energia para o Parque Empresarial, as necessidades dependem do tipo de empresas que se irão instalar. _____

_____ O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos** congratulou e está solidário com os colegas das Juntas de Freguesia. Na certeza de a linha ter de passar por algum lado, acha que, efetivamente, ficará mais barato reforçar as existentes, mesmo que tenham de ser dadas as indemnizações necessárias. Disse ainda sentir-se como um anão diante de um gigante. _____

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia** referiu que, apesar deste ponto vir para conhecimento, colocava à votação a manifestação de apoio da Assembleia Municipal para que o Executivo tome todas as providências jurídicas, nomeadamente a providência cautelar, no sentido de



travar este processo. _____

_____ O **Senhor Deputado José Carlos Pereira** sugeriu a recolha de assinaturas, através de um abaixo-assinado, e levar a petição pública à Assembleia da República, tendo a proposta sido acolhida por todos. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a manifestação de apoio da Assembleia Municipal para que o Executivo Municipal tome todas as providências jurídicas, nomeadamente a providência cautelar, no sentido de travar o processo Linha Lavos - Rio Maior 1, a 400 Kv, troço entre o apoio 129 e a Subestação de Rio Maior. _____

_____ **15 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 25-01-2025 a 31-03-2025. Documento ref.ª 202508444. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a Informação referência 202508444, datada de 09-04-2025, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a Listagem acima referida, em cumprimento da Proposta aprovada por esta Assembleia Municipal, na sessão de 02 de novembro de 2021, aquando da emissão da Autorização Prévia Genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 25-01-2025 a 31-03-2025 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ A **Senhora Presidente da Assembleia, pelas 23h30**, declarou encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que, entretanto, chegassem ou quisessem solicitar esclarecimentos. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Naia Alexandre**. Disse ter ouvido que a juventude tem uma falta de noção de reciclagem, com o que não concorda. Acha que o Executivo tem feito muito a nível de reciclagem, nomeadamente através da instalação das ilhas ecológicas. _____

_____ No entanto, a sua empresa, instalada no Concelho de Alcanena desde 2000, viu a oportunidade de reciclar e enviou um email ao Município, em novembro de 2024, e reenviado em fevereiro de 2025, a questionar o que era necessário fazer para a colocação de um ecoponto naquele espaço, que servirá 13 frações, ao qual ainda não obteve resposta. Questiona como deverá proceder. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** respondeu que irá confirmar a receção do email. Referiu estar a ser cumprido o rácio do número de Ecopontos em relação ao número da população. _____

_____ A **Senhora Naia Alexandre** continuou mencionando que, junto à empresa Couro Azul, existe um Ecoponto, sem que ninguém lá viva, e junto ao seu edifício vive, pelo menos, ela própria, e que iria



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
21 de abril de 2025

aguardar resposta ao seu email. _____

_____ **Pelas 23h52**, foi encerrada a Sessão, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o teor da presente Ata, em Minuta, a qual foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a mesma vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, _____

_____ A Primeira Secretária, _____

_____ O Segundo Secretário, _____

